

2009 - Estará a nova Assembleia Nacional legitimada para alterar a Constituição?

Estará a Assembleia Nacional legitimada para alterar a Constituição?

por: Eugénio Costa Almeida©

As recentes eleições legislativas em Angola tinham matriz constitucionalizante? Ou seja, os deputados eleitos foram-no e estavam legitimados para discutir eventuais e profundas alterações à presente Constituição? O eleitorado quando foi colocar a sua cruzinha no boletim de voto sabia que estava a dar prerrogativas constitucionais aos seus eleitos? Tinha conhecimento das alterações que os partidos políticos concorrentes se propunham fazer? Sabemos que alguns achavam, e com toda a legitimidade que dá o desafio político, que a Constituição deveria ser alterada em sectores pontuais, alguns dos quais já votados e aprovados na anterior legislatura — a maior que se conhece e que durou cerca de 16 anos — mas que razões políticas impediram de ver luz do dia. Mas o que não me recordo de ver, ler ou ouvir nos partidos políticos foi mensagens e desafios públicos para alguma eventual alteração da ainda vigente Constituição, nomeadamente sectores que pudessem pôr em causa o actual sistema eleitoral ou a forma constitucional do País. Por isso, não deixa de ser surpreendente que na última reunião do Comité Central do MPLA o Presidente José Eduardo dos Santos, enquanto líder máximo do partido e ainda o mais Alto Magistrado da Nação Angolana, tenha divulgado a existência de diferentes correntes constitucionais dentro do MPLA quanto à futura eleição presidencial. Uma que defenderia a eleição directa, a que vigora e que dá ao Povo o direito de escolher directamente o seu representante máximo, e outra pela via indirecta, ou seja, pelo Parlamento. Segundo o que consta, esta informação apanhou a maioria, senão mesmo a quase totalidade dos presentes, de surpresa dado que teria sido uma questão nunca posta. E se os dirigentes do MPLA foram tomados de surpresa, mais surpresos ficaram os angolanos quando Quintino Moreira, presidente de um pequeno partido, recentemente eleito para o Parlamento, a Nova Democracia (ND), veio a terreiro e em duas entrevistas quase seguidas defender o mesmo: a eleição indirecta do Presidente. Mas o líder da ND foi mais longe. Acusou terceiros de o ameaçarem de morte — parece que já lhe ofereceram guarda-costas — por defender a via indirecta contrariando a vontade de membros do maior partido da actual Legislatura. Ou seja, dava a entender que a vontade do líder do MPLA estava ir contra a corrente maioritária do seu próprio partido. Mas o mais interessante da proposta de Moreira não estava tanto na eleição indirecta do Presidente, mas da eleição de um Vice-Presidente que teria funções governativas deixando, segundo se interpreta das suas palavras, uma imagem de figura decorativa ao Presidente. E, complementarmente, na forma da eleição. O Presidente não seria eleito por maioria qualificada mas sempre, e logo, por maioria absoluta. Apesar de inéditas e inoportunas quanto ao tempo e quanto às propostas não me parece que devamos acusar Quintino Moreira, como já li algures, de mais não ser que um líder satelitizado ao MPLA. Assim sendo, também eu estaria dentro desta linha porque há coisas com que concordo, e ninguém me pode acusar de ser simpatizante ou militante do MPLA como também abjuro muitas das suas ideias. Vamos aguardar e ver como os deputados eleitos se perfilarão perante estas propostas. Por mim, não deveremos olhar para elas mais do que mera propostas de pessoas que querem dar o seu contributo à frágil Democracia angolana. Ou seja, limitaram-se a lançar para o debate questões com admissível pertinência. Mas tornar a actual Legislatura num mero veículo transmissor de vontades alheias para satisfação de eventuais e eternizados egos pessoais, parece-me que é desvirtuar a verdadeira essência da sua actividade. A não ser, e não sei se constitucionalmente isso é viável, a Assembleia Nacional colocar a Referendo Nacional as novas propostas Constitucionais de lá emanadas. 6/Dez/2008 ©Artigo de Opinião publicado no semanário angolano "Novo Jornal", edição de 30-Janeiro-2009.